

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37286	49542/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## DESPACHO

**Processo:** 31716/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Processo:** 31716/2025

**Local:** Rua Alto da Amarela, Ruilhe

**Assunto:** Monitorização em sede de Controlo Sucessivo. Reposição de condições de segurança (Muro)

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/34728 de 29 de Outubro de 2025.

### RESOLUÇÃO

Para o local foi emitido o Alvará De Licenciamento De Obras De Construção Nova n.º 21 / 2023, emitido a 17/01/2023, com prazo de 24 meses (SPO 1/2022/1060/0), prorrogado por 18 meses, conforme fatura FAT. 25.017/603, de 24/01/2025.

De salientar que, contrariamente ao referido na informação técnica que antecede, não foi emitido Alvará de utilização para a habitação em causa. Pese embora tenha sido anexado ao processo de licenciamento (SPO 1/2022/1060/0) o Alvará de utilização nº 21/2023, o mesmo na respeita a uma edificação noutra local.

Foi ainda apresentada Comunicação de Início de Trabalhos, sob registo n.º 2025-E-RE-23334, de 10/10/2025.

Em ação inspetiva realizada ao local, foi verificado que a obra se encontrava parada, vedada e publicitada, não tendo sido detetadas desconformidades entre a obra executada e o projeto de licenciamento.

Não foi encontrada ocupação do espaço público.



Quanto ao livro de obra, não foi possível o acesso ao mesmo, porque não estava ninguém no local.

Não foi elaborada participação interna, por não ter sido detetado qualquer ilícito.

Foi, contudo, constatado que o muro de suporte e vedação (lado poente) apresentava, ao longo do pilar, uma fissura longitudinal significativa, estando já parcialmente descolado daquele, potenciando inevitáveis perdas de capacidade resistente a cargas horizontais e variáveis, factos estes que facilitam o desenvolvimento de mecanismos de rotura, podendo ocorrer, o colapso de partes desse muro para a via pública, não estando garantidas condições satisfatórias de segurança para pessoas e bens, que circulem no local.

É de manter a monitorização da obra, em sede de controlo sucessivo.

Deverá notificar-se o proprietário e o diretor técnico da obra, com conhecimento aos restantes interessados, nos seguintes termos:

- Em conformidade com a informação do agente de fiscalização, na sequência de visita efetuada à obra em curso no local em apreço, em sede de fiscalização sucessiva foi verificado que a obra se encontrava parada, vedada e publicitada, não tendo sido detetadas desconformidades entre a obra executada e o projeto de licenciamento.
- Foi, contudo, constatado que o muro de suporte e vedação (lado poente) apresentava, ao longo do pilar, uma fissura longitudinal significativa, estando já parcialmente descolado daquele, potenciando inevitáveis perdas de capacidade resistente a cargas horizontais e variáveis, factos estes que facilitam o desenvolvimento de mecanismos de rotura, podendo ocorrer, o colapso de partes desse muro para a via pública, não estando garantidas condições satisfatórias de segurança para pessoas e bens, que circulem no local.
- Nesse sentido, dispõe do prazo de 30 (trinta) dias úteis, para a realização de obras de forma a garantir a reposição das condições de estabilidade do muro e de segurança no local, nos termos do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual.
- No caso de incumprimento serão desencadeados os meios previstos no RJUE com vista à execução coerciva das obras/trabalhos em causa.
- Mais se informa que, deverá, previamente, promover todas as diligências e formalidades legais, nos termos do RJUE, na sua redação atual e do CRMB.
- Caso preveja ocupação da via publica deverá solicitar a respetiva licença.
- Alerta-se para a responsabilidade civil e criminal que possa advir, caso ocorra algum dano para pessoas e bens em consequência da situação existente.
- Mais se informa, V. Ex<sup>a</sup>, de que o local manter-se-á monitorizado, no âmbito da fiscalização sucessiva da obra, tendo em vista o cumprimento do projeto aprovado por este município.



Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

